

Relatório da Administração

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2018, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Em 2019, a CPFL Piratininga cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 1,8 milhão de clientes, em 27 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram um aumento de 1,0% em relação ao exercício de 2018. Destaca-se a classe residencial, que registrou um crescimento de 3,1% ante 2018.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2. Comentário sobre a conjuntura

Ambiente macroeconômico

Após três anos de forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular em 2017, 2018 e 2019.

Alguns choques se abateram sobre a economia brasileira em 2019. Cabe citar a tragédia de Brumadinho, que levou a forte queda da extração de minério de ferro; a continuidade da recessão argentina, que prejudicou as exportações brasileiras, especialmente de manufaturados; e a própria desaceleração da economia e do comércio mundiais. Em essência, foram os mesmos fatores que impuseram uma retração à produção da indústria em 2019, a despeito do crescimento da demanda doméstica.

Com o ritmo muito moderado da economia, a ociosidade dos fatores de produção permaneceu bastante elevada, o que se refletiu em níveis muito baixos da inflação

(especialmente das suas medidas de núcleo). Este contexto, somado à consolidação da perspectiva de aprovação da reforma da Previdência, acabou por levar o Banco Central a voltar a flexibilizar a política monetária, levando os juros a novos patamares mínimos históricos (tanto em termos reais como nominais), ao longo do segundo semestre.

A aprovação da reforma da previdência, que evitará forte escalada dos gastos previdenciários a longo prazo, consolidou a visão de que estaria em curso uma queda estrutural das taxas de juros, de forma que a curva de juros, como um todo, sofreu uma forte correção, com recuo das taxas longas.

O impulso monetário, consoante à injeção pontual de recursos na economia (FGTS, PIS-PASEP, 13º do Bolsa Família), começa a tracionar a economia ao final de 2019. Dados melhores são vistos no crédito, comércio, em alguns segmentos de serviços e da indústria. Até mesmo a construção civil, segmento que sofreu as consequências da crise de forma mais profunda e prolongada, emite os primeiros sinais de certa recomposição.

A queda de juros no front doméstico levou também à troca de financiamentos externos (mais caros) por crédito doméstico, isento de risco cambial e mais acessível neste momento de expansão monetária - não apenas via sistema bancário, mas, também, e crescentemente, pelo mercado de capitais. Concomitantemente ao aumento das captações via emissões de ações e títulos, cresceu a demanda por dólares no mercado à vista para quitação das dívidas junto aos credores internacionais, o que levou a alguma pressão sobre a cotação do real. Nada capaz de alterar as projeções de inflação ou as perspectivas para a política monetária.

2019 se encerra, assim, com a economia ganhando tração e efeitos defasados da expansão monetária ainda por serem verificados. A inflação sofre os efeitos da mudança de preços relativos das proteínas, reflexo do repentino encolhimento do rebanho suíno chinês - mas esse elemento não suscita preocupação no horizonte relevante de política monetária. O Copom sinaliza que agirá com cautela, de modo que a taxa Selic deverá recuar pouco ou nada em 2020.

As projeções apresentadas pelo próprio Banco Central vão na direção de manutenção do baixo patamar dos juros por tempo prolongado. Enquanto o diferencial diminuto de juros internos/externos reduz o apetite do investidor em renda fixa, o diferencial de crescimento deve se traduzir em incentivo à entrada de recursos externos no país para investimentos, contendo depreciações adicionais da moeda e podendo até mesmo trazer moderada apreciação. O próprio ambiente internacional tende a contribuir para um ano de maior interesse por países emergentes, e a recente revisão da perspectiva do rating brasileiro pela S&P corrobora essa melhora de expectativa.

A diluição de incertezas observada neste final de ano sugere que 2020 pode ser um ano de menor tensão e volatilidade nos mercados, com reflexos benignos sobre a nossa economia. No entanto, os riscos de recrudescimento de incertezas nos parecem ainda relevantes. No cenário externo, as eleições norte-americanas prometem trazer momentos de tensão, bem como a própria precariedade do acordo recém-saído do forno entre EUA e China. No front doméstico, o risco de recrudescimento de tensões políticas também não é desprezível, lembrando que a agenda econômica pós-Previdência é mais difusa. Por fim, é preciso alertar que há dois "bodes fiscais" que podem trazer incômodo no curto prazo. O primeiro é a situação dos entes subnacionais: são poucos os estados que têm comprometimento menor do que 90% das receitas com despesas correntes (e o episódio recente da cidade do Rio de Janeiro, que suspendeu pagamentos, é exemplo do ambiente delicado em que o chamado pacto federativo será conduzido). O outro é o teto de gastos públicos: se não for flexibilizado, seu cumprimento exigirá esforço fiscal draconiano (sobretudo a partir de 2021), com potencial efeito restritivo sobre a

economia.

Assim, as expectativas para o crescimento da economia brasileira continuam apontando para uma recuperação em ritmo maior do que o atual. A mediana das projeções das instituições de mercado antecipa uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,1% em 2019 para cerca de 2,2% em 2020¹. A demanda externa enfraquecida e as medidas de ajuste fiscal, que pesam sobre o consumo do governo e sobre o investimento público, tendem a limitar a velocidade da recuperação no curto prazo.

Tarifas de energia elétrica

Revisão Tarifária Periódica (RTP) de 2019:

Em 22 de outubro de 2019, por meio da Resolução Homologatória nº 2.627, a Aneel homologou o resultado da quinta Revisão Tarifária Periódica da CPFL Piratininga. As tarifas de energia elétrica da distribuidora foram reposicionadas em 1,88%, sendo -5,40% relativos ao Reposicionamento Tarifário Econômico e 7,28% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário, correspondendo a um efeito médio de -7,80% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reposicionamento econômico foi de -6,64% e da Parcela B de 1,24%. As novas tarifas entraram em vigor em 23 de outubro de 2019.

3. Desempenho operacional

Clientes: a CPFL Piratininga encerrou o ano com 1,8 milhão de clientes, com acréscimo de 33 mil consumidores, representando um crescimento de 1,9%.

Vendas de energia

Em 2019, as vendas para o mercado cativo totalizaram 7.963 GWh, um aumento de 1,0% (77 GWh) em relação a 2018.

Destacam-se as classes residencial e comercial, que juntas representam 73,5% do total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora:

- **Classes Residencial e Comercial:** aumentos de 3,1% e 3,0%, respectivamente, refletindo efeitos de temperaturas mais altas em 2019 em relação à 2018;
- **Classe Industrial:** redução de 11,0%, refletindo principalmente a migração de clientes para o mercado livre.

Nota: as vendas para o mercado cativo não consideram a informação sobre a energia vendida por meio do Mecanismo de Vendas de Excedentes (MVE), ocorrida em 2019, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissionárias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional".

Qualidade dos serviços prestados

¹ Dados da pesquisa Focus do Banco Central do Brasil, referentes à 26/02/2020.

Atendimento ao cliente: a CPFL Piratininga obteve em 2019 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 77,5%, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee. O índice foi superior à média nacional de 70,3%.

Fornecimento de energia: a CPFL Piratininga desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2019, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 6,48 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,34 vezes, entre os menores do setor.

4. Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

Receita operacional: a receita operacional bruta foi de R\$ 7.027 milhões em 2019, representando um aumento de 9,0% (R\$ 580 milhões), decorrente dos aumentos: (i) de 9,6% (R\$ 470 milhões) no fornecimento de energia elétrica; (ii) de 288,1% (R\$ 471 milhões) no suprimento de energia elétrica; (iii) de 10,2% (R\$ 93 milhões) em outras receitas; e (iv) de 103,6% (R\$ 41 milhões) na atualização do ativo financeiro da concessão. Esses aumentos foram parcialmente compensados pela variação de R\$ 491 milhões nos ativos e passivos financeiros setoriais e pela redução de 1,4% (R\$ 4 milhões) na receita com construção de infraestrutura.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 2.682 milhões em 2019, representando um aumento de 4,5% (R\$ 114 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 4.345 milhões em 2019, representando um aumento de 12,0% (R\$ 466 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA): o EBITDA é uma medida não contábil calculada pela Administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. A Administração observou os preceitos da Instrução CVM nº 527, de 4 de outubro de 2012, quando da apuração desta medida não contábil.

<i>Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA (R\$ mil)</i>		
	2019	2018
Lucro Líquido	281.634	182.654
Amortização	114.413	100.231
Resultado Financeiro	30.928	48.548
Contribuição Social	39.707	24.132
Imposto de Renda	101.393	66.743
EBITDA	568.076	422.308

Em 2019, a Geração Operacional de Caixa, medida pelo EBITDA, foi de R\$ 568 milhões, representando um aumento de 34,5% (R\$ 146 milhões), devido ao aumento de 12,0% (R\$ 466 milhões) na receita líquida e à redução de 1,4% (R\$ 4

milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos seguintes fatores: (i) aumento de 10,8% (R\$ 293 milhões) no custo com energia elétrica; e (ii) aumento de 6,5% (R\$ 30 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada).

O aumento de 6,5% (R\$ 30 milhões) no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- ✓ Aumento de 4,3% (R\$ 6 milhões) nas despesas com pessoal;
- ✓ Redução de 4,5% (R\$ 1 milhão) nas despesas com material;
- ✓ Redução de 0,4% (R\$ 1 milhão) nas despesas com serviços de terceiros.
- ✓ Aumento de 15,8% (R\$ 19 milhões) em outros custos/despesas operacionais;
- ✓ Aumento de 38,7% (R\$ 6 milhões) no item Entidade de Previdência Privada;

Lucro líquido: a CPFL Piratininga apurou lucro líquido de R\$ 282 milhões em 2019, representando um aumento de 54,2% (R\$ 99 milhões), refletindo o aumento de 34,5% (R\$ 146 milhões) no EBITDA e a redução de 36,3% (R\$ 18 milhões) nas despesas financeiras líquidas. Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos (i) de R\$ 50 milhões no Imposto de Renda e Contribuição Social e (ii) de 14,2% (R\$ 14 milhões) na amortização.

Endividamento: no final de 2019, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Piratininga atingiu R\$ 1.641 milhões, representando uma redução de 15,3%.

5. Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 247 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

6. Sustentabilidade e responsabilidade corporativa

A CPFL Piratininga desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir.

Plano de sustentabilidade: definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares – Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade – e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética,

Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Plataforma de sustentabilidade: ferramenta de gestão da performance em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade.

Comitê de sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa.

Mudança do Clima: atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação.

Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE): O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o apoio da alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: A manutenção do Selo Pró-Ética 2018/2019. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da União (CGU) a um seleto grupo de 26 empresas dentre 373 participantes, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento presencial/e-learning do Programa de Integridade para 5.462 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade – CMI em todas unidades do grupo CPFL, Dia da Integridade que contou com a palestra do professor e filósofo Mário Sérgio Cortella. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2019 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período.

7. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela CPFL Piratininga para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2019, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária, regulatória e Sox).

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021

Asseguração de informações para o BNDES	24/06/2019	3 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Outros serviços de <i>compliance</i> tributário	01/09/2017	24 meses

Contratamos um total de R\$ 123 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 38% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, de revisão das informações intermediárias e de auditoria de Sox referentes ao exercício social de 2019 da Companhia.

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Conforme previsto pela Instrução CVM 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

8. Agradecimentos

A Administração da CPFL Piratininga agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2019. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balances patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	237.019	91.770
Títulos e valores mobiliários	6	100.105	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	766.152	747.218
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	1.300	11.452
Outros tributos a compensar	8	24.843	26.081
Derivativos	32	54.291	117.985
Ativo financeiro setorial	9	44.311	283.497
Estoques		3.918	4.049
Outros ativos	12	92.844	124.083
Total do circulante		1.324.782	1.406.135
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	20.840	16.094
Depósitos judiciais	21	199.932	213.440
Outros tributos a compensar	8	24.319	24.637
Derivativos	32	86.166	82.492
Créditos fiscais diferidos	10	82.240	30.340
Ativo financeiro da concessão	11	1.414.926	1.137.915
Outros ativos	12	1.448	8.413
Ativo contratual	14	108.202	218.331
Intangível	13	810.187	772.607
Total do não circulante		2.748.260	2.504.269
Total do ativo		4.073.042	3.910.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Circulante			
Fornecedores	15	559.469	383.644
Empréstimos e financiamentos	16	334.332	472.957
Debêntures	17	53.281	60.508
Entidade de previdência privada	18	29.603	20.626
Taxas regulamentares	19	36.278	22.288
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	1.567	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	148.657	130.472
Dividendo e juros sobre capital próprio	23	67.426	37.935
Obrigações estimadas com pessoal		16.507	15.780
Derivativos	32	1.912	-
Outras contas a pagar	22	134.427	108.932
Total do circulante		1.383.459	1.253.141
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	603.613	805.726
Debêntures	17	788.893	798.370
Entidade de previdência privada	18	391.044	190.740
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	156.198	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	54.598	259.544
Passivo financeiro setorial	9	98.519	46.031
Outras contas a pagar	22	32.692	40.618
Total do não circulante		2.125.558	2.141.029
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		249.321	240.144
Reserva de capital		46.729	55.905
Reserva legal		28.067	16.138
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		356.496	356.496
Dividendo		196.057	-
Resultado abrangente acumulado		(312.646)	(152.449)
Total do patrimônio líquido		564.024	516.235
Total do passivo e do patrimônio líquido		4.073.042	3.910.404

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2019	2018 ⁽¹⁾
Receita operacional líquida	25	4.345.303	3.879.542
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	26	(3.019.013)	(2.725.556)
Custo com operação		(300.876)	(273.260)
Amortização		(97.430)	(85.031)
Outros custos com operação	27	(203.446)	(188.229)
Custo com serviço prestado a terceiros	27	(262.309)	(265.647)
Lucro operacional bruto		763.105	615.079
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(156.818)	(136.034)
Amortização		(587)	(641)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(69.868)	(51.571)
Outras despesas com vendas	27	(86.363)	(83.822)
Despesas gerais e administrativas		(129.558)	(147.622)
Amortização		(16.396)	(14.559)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(113.162)	(133.063)
Outras despesas operacionais	27	(23.066)	(9.346)
Resultado do serviço		453.663	322.078
Resultado financeiro	28		
Receitas financeiras		106.679	98.579
Despesas financeiras		(137.608)	(147.127)
		(30.928)	(48.548)
Lucro antes dos tributos		422.734	273.530
Contribuição social	10	(39.707)	(24.132)
Imposto de renda	10	(101.393)	(66.743)
		(141.100)	(90.876)
Lucro líquido do exercício		281.634	182.654
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	24	5,30	3,44

⁽¹⁾ Veja nota explicativa 2.6.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	281.634	182.654
Outros resultados abrangentes	(160.197)	(43.508)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(161.328)	(47.309)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	1.131	3.802
Resultado abrangente do exercício	121.437	139.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Dividendo	Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - ativo financeiro da concessão	Reserva estatutária - reforço de capital de giro				
Saldos em 31 de dezembro de 2017	240.144	55.905	7.604	200.310	43.789	28.445	(115.138)	-	461.059
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	182.654	182.654
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(47.309)	-	(47.309)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	9.999	(6.197)	3.802
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	-	-	-	-	-	-	-	(11.996)	(11.996)
Mutações internas do patrimônio líquido									
Constituição da reserva legal	-	-	8.534	-	-	-	-	(8.534)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	312.707	-	-	(312.707)	-
Reversão da reserva estatutária no exercício - AGE de 27/04/2018	-	-	-	(200.310)	-	-	-	200.310	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(6.226)	(6.226)
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	-	(37.304)	(37.304)
Aprovação da proposta de dividendo e juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(28.445)	-	-	(28.445)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	240.144	55.905	16.138	-	356.496	-	(152.449)	-	516.235
Resultado abrangente total									
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	281.634	281.634
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(161.328)	-	(161.328)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	1.131	-	1.131
Mutações internas do patrimônio líquido									
Aumento de capital	9.176	(9.176)	-	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	11.929	-	-	-	-	(11.929)	-
Transações de capital com os acionistas									
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	196.057	-	(196.057)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(32.172)	(32.172)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/12/2019	-	-	-	-	-	-	-	(41.475)	(41.475)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	249.321	46.729	28.067	-	356.496	196.057	(312.646)	-	564.024

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro antes dos tributos	422.734	273.530
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	114.413	100.231
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	12.750	29.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69.868	51.571
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	23.242	59.725
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	22.711	16.372
Perda (ganho) na baixa de não circulante	21.746	9.360
	<u>687.464</u>	<u>540.656</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(93.428)	(185.556)
Tributos a compensar	12.549	(4.915)
Depósitos judiciais	20.170	3.576
Ativo financeiro setorial	275.242	(118.416)
Contas a receber - CDE	(16.559)	19.981
Outros ativos operacionais	31.041	(39.418)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	175.825	(133.716)
Outros tributos e contribuições sociais	12.137	(25.788)
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(34.459)	(25.475)
Taxas regulamentares	13.990	(88.942)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(71.864)	(23.686)
Passivo financeiro setorial	25.528	(27.000)
Contas a pagar - CDE	(8.004)	3.796
Outros passivos operacionais	34.676	(8.419)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	<u>1.064.308</u>	<u>(113.322)</u>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(104.085)	(92.345)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(130.876)	(78.190)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	<u>829.347</u>	<u>(283.857)</u>
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(100.003)	(2.040)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	5.425	2.573
Adições de ativo contratual	(246.764)	(270.252)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	<u>(341.342)</u>	<u>(269.719)</u>
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	436.484	1.072.004
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(853.355)	(850.114)
Liquidação de operações com derivativos	112.050	77.442
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(37.935)	(28.445)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	<u>(342.756)</u>	<u>270.887</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>145.249</u>	<u>(282.689)</u>
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	<u>91.770</u>	<u>374.459</u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>237.019</u></u>	<u><u>91.770</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de Reais)

	2019	2018
1 - Receita	6.957.250	6.395.313
1.1 Receita de venda de energia e serviços	6.765.398	6.181.572
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	261.719	265.311
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(69.868)	(51.571)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(3.882.073)	(3.566.687)
2.1 Custo com energia elétrica	(3.357.177)	(3.039.412)
2.2 Material	(167.389)	(179.747)
2.3 Serviços de terceiros	(249.410)	(249.558)
2.4 Outros	(108.097)	(97.970)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	3.075.177	2.828.626
4 - Retenções	(114.655)	(100.411)
4.1 Amortização	(114.655)	(100.411)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	2.960.522	2.728.215
6 - Valor adicionado recebido em transferência	112.969	105.463
6.1 Receitas financeiras	112.969	105.463
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	3.073.491	2.833.678
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	168.028	154.155
8.1.1 Remuneração direta	82.566	79.694
8.1.2 Benefícios	77.393	66.764
8.1.3 F.G.T.S	8.069	7.696
8.2 Impostos, taxas e contribuições	2.479.098	2.341.687
8.2.1 Federais	1.308.220	1.295.259
8.2.2 Estaduais	1.168.158	1.044.049
8.2.3 Municipais	2.720	2.379
8.3 Remuneração de capital de terceiros	144.731	155.182
8.3.1 Juros	140.213	150.662
8.3.2 Aluguéis	4.519	4.520
8.4 Remuneração de capital próprio	281.634	182.654
8.4.1 Juros sobre capital próprio (incluindo adicional proposto)	41.475	37.304
8.4.2 Dividendo (incluindo adicional proposto)	228.229	6.226
8.4.3 Lucros retidos	11.929	139.125
	3.073.491	2.833.678

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PIRATININGA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Piratininga de Força e Luz (“CPFL Piratininga” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos até 22 de outubro de 2028, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 27 municípios do interior e litoral do Estado de São Paulo, atendendo a 1,8 milhão de consumidores. Entre os principais municípios estão Santos, Sorocaba e Jundiaí.

Capital Circulante Líquido Negativo:

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 58.677. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL (“www.aneel.gov.br”) e da Companhia (“www.cpfli.com.br”) a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 4 de março de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto

para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 32);
- Nota 12 – Outros ativos (Provisão para créditos de liquidação duvidosa: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 13 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 14 – Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); e
- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.6 Nova apresentação das demonstrações financeiras de 2018 – abertura de linhas

A partir de 2019, com o objetivo de realizar melhorias na forma de apresentação das demonstrações financeiras para monitoramento dos resultados pela Administração da Companhia, através de uma melhor análise das contas de custos e despesas, a Companhia passou a efetuar abertura das linhas de amortização nas demonstrações dos resultados.

Para fins de comparabilidade, esta mudança foi aplicada retrospectivamente conforme CPC 23, e, portanto, a Companhia está reapresentando as demonstrações financeiras de 2018 com a mesma abertura. Não houve alterações entre as naturezas de custos e despesas.

A tabela a seguir resume os impactos:

	2018		
	Originalmente publicado	Abertura de linhas	Nova apresentação
Receita operacional líquida	3.879.542	-	3.879.542
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	(2.725.556)	-	(2.725.556)
Custo com operação	(273.260)	-	(273.260)
Amortização	-	(85.031)	(85.031)
Outros custos com operação	-	(188.229)	(188.229)
Custo com serviço prestado a terceiros	(265.647)	-	(265.647)
Lucro operacional bruto	615.079	-	615.079
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(136.034)	-	(136.034)
Amortização	-	(641)	(641)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(51.571)	-	(51.571)
Outras despesas com vendas	(84.463)	641	(83.822)
Despesas gerais e administrativas	(147.622)	-	(147.622)
Amortização	-	(14.559)	(14.559)
Outras despesas gerais e administrativas	-	(133.063)	(133.063)
Outras despesas operacionais	(9.346)	-	(9.346)
Resultado do serviço	322.078	-	322.078
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	98.579	-	98.579
Despesas financeiras	(147.127)	-	(147.127)
	(48.548)	-	(48.548)
Lucro antes dos tributos	273.530	-	273.530
Contribuição social	(24.132)	-	(24.132)
Imposto de renda	(66.743)	-	(66.743)
	(90.876)	-	(90.876)
Lucro líquido do exercício	182.654	-	182.654

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados, com exceção dos novos pronunciamentos e interpretações contábeis adotadas pela Companhia em 1º de janeiro de 2019 descritas na nota explicativa 3.14.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação e/ou liquidez diária, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos, e (ii) ativo financeiro, correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

Em função (i) do modelo tarifário, que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como ágios, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível, de vida útil definida, é amortizado pelo prazo de concessão, de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda (“PD” - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento (“EAD” - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência (“LGD” - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão, sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- (i) Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- (ii) Plano de Benefício Definido: A obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, conseqüentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;

- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social, aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração e apreciadas pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

3.12 Subvenção governamental - CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

As subvenções recebidas via aporte da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”) (nota 25.3) referem-se à compensação de descontos concedidos com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato, nos termos do CPC 07.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma

receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada quatro anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- Parcela A (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- Parcela B (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Novas normas e interpretações vigentes

As seguintes normas foram emitidas e/ou revisadas pelo CPC, as quais entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2019:

a) CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil

Emitida em 13 de janeiro de 2016, estabelece, na visão do arrendatário, nova forma de registro contábil para os arrendamentos atualmente classificados como arrendamentos operacionais, cujo registro contábil passa a ser realizado de forma similar aos arrendamentos classificados como financeiros. No que diz respeito aos arrendadores, praticamente mantém os requerimentos do CPC 06 (R1), incluindo apenas alguns aspectos adicionais de divulgação. O CPC 06 (R2) é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, eliminando a antiga classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. O arrendatário reconhece um ativo referente ao direito de uso de utilizar o ativo arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo (contratos com duração máxima de 12 meses) e itens de baixo valor (valor justo do ativo identificado arrendado seja inferior a US\$ 5 mil).

Para os contratos nos quais a Companhia atua como arrendatária, como resultado da aplicação inicial do CPC 06 (R2), em relação aos arrendamentos que anteriormente eram classificados como operacionais, os valores resultantes do ativo de direito de uso, bem como do passivo de arrendamento foram considerados imateriais e não foram registrados.

b) ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

Emitida em maio de 2017, surge com o intuito de esclarecer a contabilização de posições fiscais que poderão não ser aceitas pelas autoridades fiscais relativos às matérias de IRPJ e CSLL. Em linhas gerais, o principal ponto de análise da interpretação refere-se à probabilidade de aceitação do Fisco sobre o tratamento fiscal escolhido pela Companhia.

O ICPC 22 é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou a interpretação e o impacto da adoção da norma foi a reclassificação dos saldos de provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para a rubrica de Imposto de renda e contribuição social a recolher (nota 20).

3.15 Novas normas e interpretações ainda não vigentes e não adotadas antecipadamente - revisão de Pronunciamentos técnicos nº 14 do CPC (deliberação CVM 836/19)

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações dos CPCs foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras:

Definição de Negócios (Alterações no CPC 15 (R1)): essa alteração esclarece a definição de 'negócio', visando facilitar a decisão das empresas sobre como classificar a aquisição de um conjunto de atividades e de ativos entre uma combinação de negócios efetiva ou simplesmente uma aquisição de grupos de ativos.

Iniciativa de Divulgação – Definição de Material (Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23): essa alteração esclarece a definição de 'material', visando ajudar as empresas a fazer um melhor julgamento para definir se a informação sobre determinado item, transação ou outro evento deve ser divulgada nas demonstrações financeiras sem alterar substancialmente os requisitos existentes.

Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o preço que seria recebido para a venda do ativo ou para a transferência do passivo que ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração.

- Intangível e ativo contratual:

O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros:

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte

devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada quatro anos consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar a o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldos bancários	54.736	91.577
Aplicações financeiras	<u>182.283</u>	<u>193</u>
Títulos de crédito privado	<u>182.283</u>	<u>193</u>
Total	<u>237.019</u>	<u>91.770</u>

Títulos de crédito privado: corresponde a operações de curto prazo em: (i) CDB's no montante de R\$ 87.874 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2018); e (ii) operações compromissadas em debêntures no montante de R\$ 94.409, ambas realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 79,88% do CDI.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Aplicação direta	<u>100.105</u>	<u>-</u>
Total	<u>100.105</u>	<u>-</u>

Refere-se a valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT"), cuja remuneração é equivalente à média de 100% do CDI, com vencimento em setembro de 2020.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2019	31/12/2018
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	138.418	107.710	18.397	264.525	292.621
Industrial	37.705	14.715	23.769	76.189	70.960
Comercial	54.357	14.445	5.375	74.177	84.256
Rural	2.450	1.084	118	3.652	3.762
Poder público	11.046	1.478	236	12.761	13.422
Iluminação pública	10.062	212	23	10.297	12.849
Serviço público	13.171	956	2.657	16.783	20.649
Faturado	267.209	140.600	50.575	458.384	498.519
Não faturado	213.103	-	-	213.103	231.314
Parcelamento de débito de consumidores	33.165	7.807	8.878	49.850	44.174
Operações realizadas na CCEE	117.115	-	-	117.115	41.941
Concessionárias e permissionárias	12.233	-	-	12.233	3.100
	642.825	148.407	59.453	850.685	819.047
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(84.534)	(71.829)
Total				766.152	747.218
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	12.632	-	-	12.632	7.886
Operações realizadas na CCEE	8.208	-	-	8.208	8.208
Total	20.840	-	-	20.840	16.094

Parcelamento de débitos de consumidores: refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores, principalmente órgãos públicos. Parte destes créditos dispõe de garantia de pagamento pelos devedores, principalmente através de repasse de arrecadação de ICMS com interveniência bancária.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 – Instrumentos Financeiros, em Risco de crédito.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2017	(52.248)	(2.785)	(55.033)
Provisão revertida (constituída) líquida	(87.276)	382	(86.894)
Recuperação de receita	35.323	-	35.323
Efeito da aplicação inicial do CPC 48	(17.877)	(299)	(18.176)
Baixa de contas a receber provisionadas	50.248	-	50.248
Saldo em 31/12/2018	(71.829)	(2.702)	(74.531)
Provisão revertida (constituída) líquida	(130.997)	(119)	(131.117)
Recuperação de receita	61.249	-	61.249
Baixa de contas a receber provisionadas	57.043	-	57.043
Saldo em 31/12/2019	(84.534)	(2.822)	(87.356)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Antecipações de contribuição social - CSLL	-	2.191
Antecipações de imposto de renda - IRPJ	378	8.151
Imposto de renda e contribuição social a compensar	922	1.110
Imposto de renda e contribuição social a compensar	1.300	11.452
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	4.517	5.546
ICMS a compensar	16.371	15.279
Programa de integração social - PIS	714	938
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.191	4.222
Outros	49	96
Outros tributos a compensar	24.843	26.081
Total circulante	26.143	37.533
Não circulante		
ICMS a compensar	24.319	24.637
Outros tributos a compensar	24.319	24.637
Total não circulante	24.319	24.637

Imposto de renda retido na fonte – IRRF: refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras.

ICMS a compensar: refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2018			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Saldo em 31/12/2019		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	99.553	334.513	434.064	(17.068)	(349.648)	14.797	10.269	71.878	82.146
CVA (*)									
CDE (**)	40.813	35.138	75.950	(70.068)	(41.081)	2.265	(59.562)	26.629	(32.933)
Custos energia elétrica	35.145	185.046	220.191	(21.643)	(180.583)	7.327	38.981	(13.689)	25.291
ESS e EER (***)	(49.147)	(150.633)	(199.780)	(67.201)	167.803	(8.227)	(32.157)	(75.247)	(107.404)
Proinfa	-	2.881	2.881	16.686	(6.313)	745	-	13.999	13.999
Rede básica	(17.034)	24.439	7.405	33.377	(23.260)	78	18.951	(1.350)	17.601
Repasse de Itaipu	109.639	193.145	302.783	146.065	(226.895)	14.623	93.481	143.096	236.577
Transporte de Itaipu	2.546	10.366	12.912	5.766	(11.527)	512	2.510	5.152	7.662
Neutralidade dos encargos setoriais	(3.593)	(13.953)	(17.547)	(6.306)	14.754	(134)	(5.857)	(3.376)	(9.233)
Sobrecontratação	(18.816)	48.084	29.269	(53.744)	(42.547)	(2.391)	(46.078)	(23.336)	(69.414)
Outros componentes financeiros	(128.911)	(67.689)	(196.600)	(7.706)	73.653	(5.702)	(13.160)	(123.195)	(136.355)
Total	(29.358)	266.824	237.466	(24.774)	(275.996)	9.096	(2.891)	(51.317)	(54.208)
Ativo circulante			283.497						44.311
Passivo não circulante			(46.031)						(98.519)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados relativos a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, valores em constituição e valores já homologados e que passaram a ser amortizados a partir do 6º ciclo de revisão tarifária periódica até a próxima revisão tarifária, e (ii) efeito tarifário decorrente de acordo bilateral entre partes signatárias de Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR.

(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos fiscais:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	9.145	10.180
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>11.110</u>	<u>(3.842)</u>
Subtotal	20.255	6.338
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	31.385	34.938
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>30.600</u>	<u>(10.935)</u>
Subtotal	61.985	24.002
Total	<u>82.240</u>	<u>30.340</u>

10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial”. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. No exercício de 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 3,37% (3,53% em 2018).

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2019		31/12/2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	4.738	13.162	9.744	27.067
Entidade de previdência privada	3.983	11.064	2.891	8.030
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.862	21.839	6.708	18.633
Provisão energia livre	2.113	5.868	1.994	5.538
Programas de P&D e eficiência energética	6.474	17.982	5.022	13.949
Provisão relacionada a pessoal	923	2.565	829	2.303
Derivativos	(9.386)	(26.073)	(17.862)	(49.617)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(969)	(2.691)	(1.078)	(2.996)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(38.047)	(105.686)	(30.849)	(85.693)
Perdas atuariais	3.541	9.835	3.541	9.835
Marcação a Mercado - Derivativos	(2.941)	(8.171)	(31)	(85)
Marcação a Mercado - Dívidas	3.012	8.366	238	661
Outros	96	6	950	2.376
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	31.228	86.748	15.425	42.850
Marcação a Mercado - Derivativos	(141)	(392)	(26)	(71)
Marcação a Mercado - Dívidas	(1.376)	(3.824)	(1.337)	(3.716)
Total	11.110	30.600	(3.842)	(10.935)

10.4 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseados no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

<u>Expectativa de recuperação</u>	
2020	30.625
2021	27.035
2022	23.045
2023	12.833
2024	12.833
2025 a 2027	28.599
2028	141.767
Total	276.735

10.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2019 e 2018:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	422.734	422.734	273.530	273.530
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(2.540)	(2.540)	-	-
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	31.727	31.727	29.536	29.536
Juros sobre o capital próprio	(41.475)	(41.475)	(37.304)	(37.304)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	3.501	(4.872)	2.374	1.211
Base de cálculo	413.947	405.574	268.136	266.973
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Crédito (Débito) fiscal apurado	(37.255)	(101.394)	(24.132)	(66.743)
Provisão para riscos fiscais	(2.452)	-	-	-
Total	(39.707)	(101.393)	(24.132)	(66.743)
Corrente	(37.976)	(95.906)	(17.982)	(48.837)
Diferido	(1.731)	(5.487)	(6.150)	(17.906)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 7.459 (R\$ 24.056 em 2018) refere-se a (i) prejuízo fiscal e base negativa R\$ 3.076 em 2018, (ii) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 4.588 (R\$ 4.588 em 2018) e (iii) diferenças temporárias R\$ 2.871 (R\$ 16.392 em 2018).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2019 e 2018 foram os seguintes:

	2019		2018	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas/ (ganhos) atuariais	221.029	221.029	78.108	78.108
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(19.893)	(55.257)	(7.030)	(19.527)
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	4.090	11.359	(1.122)	(3.119)
Tributos em outros resultados abrangentes sobre perdas atuariais	(15.803)	(43.898)	(8.152)	(22.646)
Risco de crédito de marcação a mercado de passivos financeiros	(1.714)	(1.714)	(5.760)	(5.760)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados sobre o risco de crédito	154	429	518	1.440
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	(15.649)	(43.469)	(7.633)	(21.206)

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2017	968.375
Transferência - ativo contratual	132.829
Transferência - intangível em serviço	(245)
Ajuste ao valor justo	41.107
Baixas	(4.150)
Saldo em 31/12/2018	1.137.915
Transferência - ativo contratual	208.045
Transferência - intangível em serviço	(9.656)
Ajuste ao valor justo	82.233
Baixas	(3.613)
Saldo em 31/12/2019	1.414.926

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de

concessão de energia, de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” - nota 4) é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do exercício.

Em 2019, o valor das baixas de R\$ 3.613 (R\$ 4.150 em 2018) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 2.259 (R\$ 1.836 em 2018) e a baixa do ativo de R\$ 1.354 (R\$ 2.314 em 2018).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos - Fundação CESP	2.036	530	678	678
Adiantamentos - fornecedores	869	1.031	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	-	-	-	6.804
Ordens em curso	22.933	24.840	-	-
Serviços prestados a terceiros	1.931	1.679	-	-
Despesas antecipadas	11.378	55.516	770	932
Contas a receber - CDE	31.235	14.676	-	-
Adiantamentos a funcionários	3.717	2.943	-	-
Arrendamentos e aluguéis de postes	6.501	5.277	-	-
Faturas diversas	2.169	2.584	-	-
Outros	12.897	17.709	-	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(2.822)	(2.702)	-	-
Total	92.844	124.083	1.448	8.413

Ordens em curso: compreende custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22).

Despesas antecipadas: refere-se a antecipação de despesas com licença de software, IPTU, PROINFA e quota CDE.

Contas a receber – CDE: refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 2.461 (R\$ 1.396 em 31 de dezembro de 2018), (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 28.774 (R\$ 13.269 em 31 de dezembro de 2018) e (iii) descontos tarifários - liminares no montante (R\$ 11 em 31 de dezembro de 2018). (nota 25.3).

(13) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		Total
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Infraestrutura de distribuição - em curso	
Saldo em 31/12/2017	783.400	174.710	958.110
Custo histórico	2.046.634	174.710	2.221.344
Amortização acumulada	(1.263.234)	-	(1.263.234)
Amortização	(100.411)	-	(100.411)
Transferência - ativo contratual	97.761	-	97.761
Transferência - ativo financeiro	245	-	245
Baixa e transferência - outros ativos	(8.389)	-	(8.389)
Adoção CPC 47	-	(174.710)	(174.710)
Saldo em 31/12/2018	772.607	-	772.607
Custo histórico	2.108.934	-	2.108.934
Amortização acumulada	(1.336.327)	-	(1.336.327)
Amortização	(114.655)	-	(114.655)
Transferência - ativo contratual	152.159	-	152.159
Transferência - ativo financeiro	9.656	-	9.656
Baixa e transferência - outros ativos	(9.579)	-	(9.579)
Saldo em 31/12/2019	810.187	-	810.187
Custo histórico	2.205.722	-	2.205.722
Amortização acumulada	(1.395.535)	-	(1.395.535)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de “amortização”.

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2019 foram capitalizados R\$ 3.070 (R\$ 3.778 em 2018), ambos a uma taxa média de 8,09% a.a. (nota 28).

Teste de redução ao valor recuperável

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros.

O resultado de tal avaliação para todos os exercícios apresentados não apontou indicativos de redução no valor recuperável destes ativos, não havendo, portanto, perdas por desvalorização a serem reconhecidas.

(14) ATIVO CONTRATUAL

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2017	-
Adoção CPC 47	174.710
Adições	274.210
Transferência - intangível em serviço	(97.761)
Transferência - ativo financeiro	(132.829)
Saldo em 31/12/2018	218.331
Adições	250.076
Transferência - intangível em serviço	(152.159)
Transferência - ativo financeiro	(208.045)
Saldo em 31/12/2019	108.202

(15) FORNECEDORES

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Encargos de serviço do sistema	396	10.944
Suprimento de energia elétrica	405.920	230.946
Encargos de uso da rede elétrica	45.686	38.645
Materiais e serviços	63.685	61.789
Energia livre	43.782	41.320
Total	559.469	383.644

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	80.777	-	(19.618)	2.950	-	(3.001)	61.108
Pós Fixado							
TJLP e IPCA	84.916	176.000	(28.972)	6.268	-	(5.894)	232.317
Selic	37.052	-	(8.989)	2.967	-	(880)	30.149
Total ao custo	202.745	176.000	(57.579)	12.185	-	(9.775)	323.574
Gastos com captação (*)	(3.358)	(4.702)	-	2.745	-	-	(5.315)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	761.303	394.200	(415.956)	29.909	131.112	(28.713)	871.855
Euro	218.814	100.000	(215.824)	657	2.898	(2.264)	104.281
Marcação a mercado	(11.567)	-	-	(4.145)	-	-	(15.712)
Total ao valor justo	968.550	494.200	(631.780)	26.421	134.010	(30.977)	960.424
Total	1.167.937	665.498	(689.359)	41.351	134.010	(40.752)	1.278.683
Circulante	445.453						472.957
Não Circulante	722.484						805.726

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pré Fixado	61.108	-	(19.104)	2.124	-	(2.150)	41.978
Pós Fixado							
TJLP	56.290	-	(27.593)	3.620	-	(3.548)	28.769
IPCA	176.027	55.000	-	15.374	-	(9.501)	236.899
Selic	30.149	-	(9.557)	2.229	-	(693)	22.127
CDI	-	125.000	(125.000)	7.607	-	(7.607)	-
Total ao custo	323.574	180.000	(181.254)	30.954	-	(23.499)	329.774
Gastos com captação (*)	(5.315)	(1.214)	-	870	-	-	(5.659)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	871.855	43.000	(417.686)	20.602	16.471	(22.352)	511.890
Euro	104.281	-	-	839	1.798	(835)	106.083
Marcação a mercado	(15.712)	-	-	11.569	-	-	(4.143)
Total ao valor justo	960.424	43.000	(417.686)	33.010	18.269	(23.187)	613.830
Total	1.278.683	221.786	(598.940)	64.834	18.269	(46.686)	937.945
Circulante	472.957						334.332
Não Circulante	805.726						603.613

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Moeda Nacional					
Pré fixado					
FINEM	Pré fixado de 2,5% a 8% (a)	41.978	57.101	2011 a 2024	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
FINAME	Pré fixado de 4,5%	-	4.007	2012 a 2019	Fiança da CPFL Energia
		41.978	61.108		
Pós fixado					
TJLP					
FINEM	TJLP + de 2,06% a 3,08% (b)	28.769	56.290	2012 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		28.769	56.290		
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,80% (b)	236.899	176.027	2020 a 2028	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
		236.899	176.027		
SELIC					
FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66% (c)	22.127	30.149	2016 a 2022	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
		22.127	30.149		
Total ao custo		329.774	323.574		
Gastos com captação (*)		(5.659)	(5.315)		
Mensuradas ao valor justo - Moeda Estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + de 0,95% a 1,41%	288.374	697.437	2018 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + 3,27%	223.516	174.417	2020 a 2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		511.890	871.855		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,80%	106.083	104.281	2021	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(4.143)	(15.712)		
Total ao valor justo		613.830	960.424		
Total		937.945	1.278.683		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

Taxa efetiva:

(a) De 30% a 70% do CDI

(b) De 60% a 110% do CDI (c) De 100% a 130% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao

valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019 os ganhos acumulados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 4.143 (R\$ 15.712 em 31 de dezembro de 2018), que somados aos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 906 (perda de R\$ 7.929 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido de R\$ 5.049 (R\$ 7.783 em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante, têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2021	401.144
2022	44.129
2023	31.910
2024	29.027
2025	28.057
2026 a 2028	70.748
Subtotal	605.015
Marcação a mercado	(1.402)
Total	603.613

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

<u>Indexador</u>	<u>Variação acumulada % a.a.</u>		<u>% da dívida</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
TJLP	6,30	6,72	3,07	4,40
IPCA	4,20	3,69	25,26	13,77
CDI	5,97	6,40	65,44	75,11
Outros			6,23	6,72
			100,00	100,00

Adições no exercício:

<u>Modalidade</u>	<u>Total aprovado</u>	<u>Montantes liberados</u>		<u>Pagamento de juros</u>	<u>Amortização de Principal</u>	<u>Destinação do recurso</u>	<u>Encargo financeiro anual</u>	<u>Taxa efetiva anual</u>
		<u>em 2019</u>	<u>Líquido dos gastos de captação</u>					
Moeda nacional								
CDI - Nota Promissória	125.000	125.000	124.818	Parcela única com principal	Parcela única em dezembro de 2019	Capital de Giro	103,4% do CDI	104,95% do CDI
IPCA - FINEM	347.264	55.000	53.968	Mensal	Mensal a partir de abril de 2020	Investimento	IPCA + 4,80%	IPCA + 5,45%
Moeda Estrangeira								
Dólar - Lei 4131	43.000	43.000	43.000	Semestral	Parcela única em setembro de 2020	Capital de Giro	USD + 1,96%	USD + 1,96%
	<u>515.264</u>	<u>223.000</u>	<u>221.786</u>					

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão

vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia e da controladora indireta State Grid Brazil Power Participações S.A. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a um índice que varia entre 3,50 e 3,75.
- Dívida Líquida dividida pela soma entre Patrimônio Líquido e Dívida Líquida menor ou igual a 0,9.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

Índice exigido nas demonstrações financeiras consolidadas da State Grid Brazil Power Participações S.A.

- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total (desconsiderando os efeitos do OCPC 01) maior ou igual a 0,3.

A definição de EBITDA na Companhia para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária direta ou indiretamente detida pela controladora CPFL Energia naquelas empresas (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2017	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2018
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	542.592	215.000	(160.755)	47.305	(48.365)	595.777
IPCA	62.299	-	-	5.703	(3.228)	64.775
Total ao custo	604.891	215.000	(160.755)	53.008	(51.593)	660.552
Gastos com captação (*)	(2.627)	(5.494)	-	1.047	-	(7.074)
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	-	197.000	-	4.913	-	201.913
Marcação a mercado	-	-	-	3.489	-	3.489
Total ao valor justo	-	197.000	-	8.402	-	205.402
Total	602.264	406.506	(160.755)	62.457	(51.593)	858.878
Circulante	77.409					60.508
Não circulante	524.855					798.370

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2019
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	595.777	215.000	(254.415)	35.032	(43.369)	548.025
IPCA	64.775	-	-	5.822	(3.340)	67.256
Total ao custo	660.552	215.000	(254.415)	40.854	(46.709)	615.281
Gastos com captação (*)	(7.074)	(302)	-	1.555	-	(5.821)
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	201.913	-	-	19.178	(10.690)	210.401
Marcação a mercado	3.489	-	-	18.824	-	22.313
Total ao valor justo	205.402	-	-	38.002	(10.690)	232.714
Total	858.878	214.698	(254.415)	80.411	(57.399)	842.174
Circulante	60.508					53.281
Não circulante	798.370					788.893

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/12/2019	31/12/2018	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo - Pós fixado						
CDI	107% a 109,5 % do CDI CDI + 0,83%	(a)	548.025	595.777	2018 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 5,2901%	(b)	67.256	64.775	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total ao custo			615.280	660.552		
	Gastos com captação (*)		(5.821)	(7.074)		
Mensuradas ao valor justo - Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80%	(b)	210.401	201.913	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			22.313	3.489		
Total ao valor justo			232.714	205.402		
Total			842.174	858.878		

(*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32

Taxa efetiva a.a:

(a) De 107,84% a 110,77% do CDI / CDI + 0,89%

(b) IPCA +5,42 a 6,31%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classifica suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2019 as perdas acumuladas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 22.313 (R\$ 3.489 em 31 de dezembro de 2018), que compensados pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 33.347 (R\$ 9.936 em 31 de dezembro de 2018), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido de R\$ 11.034 (R\$ 6.447 em 31 de dezembro de 2018).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

<u>Ano de vencimento</u>	
2021	159.753
2022	122.052
2023	139.629
2024	242.679
2025	102.467
Subtotal	766.580
Marcação a mercado	22.313
Total	788.893

Adições no exercício:

Modalidade	Emissão	Quantidade emitida	Montantes liberados		Pagamento de juros	Amortização principal	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Destinação do recurso
			em 2019	Líquido dos gastos de emissão					
Moeda nacional - CDI									
Debentures	11ª emissão	215.000	215.000	214.698	Semestral	2 parcelas anuais a partir de maio de 2023	107% do CDI	107,84% do CDI	(a)

(a) Plano de investimentos, refinanciamento de dívidas e reforço de capital de giro da Companhia

Pré-pagamento:

No ano de 2019, foi liquidado antecipadamente R\$ 215.000 de debênture cujo vencimento original era em janeiro de 2021.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2019.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.
- EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados, conforme abaixo:

18.1 Características

A Companhia, no contexto do processo de cisão da Bandeirante Energia S.A. (empresa predecessora da Companhia), assumiu a responsabilidade pelas obrigações atuariais correspondentes aos empregados aposentados e desligados daquela empresa até a data da efetivação da cisão, assim como pelas obrigações correspondentes aos empregados ativos que lhe foram transferidos.

Em 2 de abril de 1998, a Secretaria de Previdência Complementar - "SPC", aprovou a reestruturação do plano previdenciário mantido anteriormente pela Bandeirante, dando origem a um "Plano de Benefícios Suplementar Proporcional Saldado - BSPS", e um "Plano de Benefícios Misto", com as seguintes características:

- (i) Plano de Benefício Definido ("BD") - vigente até 31 de março de 1998 - plano de benefício saldado, que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado ("BSPS") na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos até 31 de março de 1998, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço passado. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- (ii) Plano de Benefício Definido - vigente após 31 de março de 1998 - plano do tipo BD, que concede renda vitalícia reversível em pensão relativamente ao tempo de serviço passado acumulado após 31 de março de 1998 na base de 70% da média salarial mensal real, referente aos últimos 36 meses de atividade. No caso de morte em atividade e entrada em invalidez, os benefícios incorporam todo o tempo de serviço. A responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é paritária entre a Companhia e os participantes.
- (iii) Plano de Contribuição Variável - implantado junto com o Plano BD vigente após 31 de março de 1998, é um plano previdenciário que, até a concessão da renda, é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através do Banco do Brasil ou Bradesco.

18.2 Movimentações dos planos de benefício definido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.773.089	1.416.391
Valor justo dos ativos do plano	(1.353.050)	(1.205.647)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	<u>420.039</u>	<u>210.744</u>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2017	1.247.462	(1.105.738)
Custo do serviço corrente bruto	4.365	-
Rendimento esperado no exercício	-	(102.621)
Juros sobre obrigação atuarial	114.628	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	2.078	(2.078)
Contribuições de patrocinadoras	-	(25.460)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(57.432)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	135.540	-
Benefícios pagos no exercício	(87.682)	87.682
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2018	1.416.391	(1.205.647)
Custo do serviço corrente bruto	5.449	-
Rendimento esperado no exercício	-	(107.795)
Juros sobre obrigação atuarial	125.059	-
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.886	(1.886)
Contribuições de patrocinadoras	-	(34.444)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	(99.905)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(77)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	321.011	-
Benefícios pagos no exercício	(96.628)	96.628
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2019	1.773.089	(1.353.050)

18.3 Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivo atuarial líquido no início do exercício	210.744	141.724
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	22.711	16.372
Contribuições da patrocinadora vertidas do exercício	(34.444)	(25.460)
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(77)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	321.011	135.540
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(99.905)	(57.432)
Passivo atuarial líquido no final do exercício	420.039	210.744
Outras contribuições	607	623
Total passivo	420.647	211.366
Circulante	29.603	20.626
Não circulante	391.044	190.740

18.4 Contribuições e benefícios esperados

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2020 estão apresentadas no montante de R\$ 40.263.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2020	99.957
2021	104.651
2022	108.695
2023	113.023
2024 a 2028	774.546
Total	<u>1.200.872</u>

Em 31 de dezembro de 2019, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 12,5 anos.

18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2020 e as despesas reconhecidas em 2019 e 2018 são como segue:

	2020	2019	2018
	Estimadas	Realizadas	Realizadas
Custo do serviço	9.135	5.449	4.365
Juros sobre obrigações atuariais	128.027	125.059	114.628
Rendimento esperado dos ativos do plano	(98.386)	(107.795)	(102.621)
Total da despesa (receita)	38.776	22.711	16.372

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,43% a.a.	9,10% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	6,39% a.a.	6,39% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para taxas nominais acima):	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT2000(-10)	AT-2000 (-10)
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light fraca (-30)	Light fraca
Taxa de rotatividade esperada:	ExpR_2012	ExpR_2012
	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:		

18.6 Ativos do plano

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, administrados pela Fundação CESP. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2020, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2019.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2019	2018
Renda fixa	76%	81%
Títulos públicos federais	58%	53%
Títulos privados (instituições financeiras)	2%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	4%	4%
Outros investimentos de renda fixa	12%	18%
Renda variável	17%	13%
Fundos de investimento em ações	17%	13%
Investimentos estruturados	4%	2%
Fundos de investimento multimercado	4%	2%
Cotados em mercado ativo	97%	97%
Imóveis	2%	2%
Operações com participantes	1%	2%
Não cotados em mercado ativo	3%	3%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	<u>Meta para 2020</u>
Renda fixa	51,6%
Renda variável	35,5%
Imóveis	1,8%
Empréstimos e financiamentos	2,7%
Investimentos no exterior	8,4%
	<u>100,0%</u>

A meta de alocação para 2020 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação CESP, efetuada ao final de 2019 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2020, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suportes para a Fundação CESP atingir os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de *Asset Liability Management – ALM* (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Fundação.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativos, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez de cada plano, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 Análise de sensibilidade

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

- Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação

de benefício definido teria um aumento de R\$ 56.441 (redução de R\$ 53.580).

· Se a tábua de biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 40.984 (aumento de R\$ 40.473).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,43%. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,18% a.a. e 7,68% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 Risco de investimento

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos.

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, que inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação CESP o que ocorre ao menos trimestralmente.

A Fundação CESP utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco ("VaR"), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse ("*Stress Test*").

A Política de Investimentos da Fundação CESP determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	31/12/2019	31/12/2018
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	365	360
Bandeiras tarifárias e outros	35.913	21.928
Total	36.278	22.288

Bandeiras tarifárias e outros: refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro e dezembro de 2019 e 2018 e ainda não homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias ("CCRBT").

(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<u>Circulante</u>		
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.567	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	1.567	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	112.216	98.681
Programa de integração social - PIS	4.321	4.589
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	19.993	21.178
IRRF sobre juros sobre o capital próprio	6.221	-
Outros	5.906	6.024
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	148.657	130.472
Total Circulante	150.224	130.472
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	156.198	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	156.198	-
Total Não circulante	156.198	-

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, em função da aplicação inicial do ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro, refere-se à reclassificação de provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro para Imposto de renda a recolher. O caso em questão refere-se a Mandado de Segurança que discutia a possibilidade de exclusão da CSLL da sua própria base de cálculo, bem como, da base de cálculo do IRPJ, sendo que para este caso é mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento.

A Companhia possui ainda alguns tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não. Os efeitos dessas potenciais contingências estão divulgados na nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2019		31/12/2018	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	31.846	10.256	33.586	11.755
Cíveis	16.800	12.777	32.595	30.323
Fiscais				
Imposto de renda e Contribuição social	-	168.173	151.811	163.410
Outras	2.720	8.727	38.008	7.953
	<u>2.720</u>	<u>176.900</u>	<u>189.819</u>	<u>171.363</u>
Outros	3.233	-	3.543	-
Total	<u><u>54.598</u></u>	<u><u>199.932</u></u>	<u><u>259.544</u></u>	<u><u>213.440</u></u>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Reclassificação (nota 20)	Saldo em 31/12/2019
Trabalhistas	33.586	5.759	(3.379)	(8.199)	4.080	-	31.846
Cíveis	32.595	11.653	(10.722)	(19.504)	2.777	-	16.800
Fiscais	189.819	5.391	(170)	(43.229)	7.108	(156.198)	2.720
Outros	3.543	556	(307)	(932)	373	-	3.233
Total	<u>259.544</u>	<u>23.358</u>	<u>(14.578)</u>	<u>(71.864)</u>	<u>14.338</u>	<u>(156.198)</u>	<u>54.598</u>

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- a. **Trabalhistas:** as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).

- b. **Cíveis:**

Danos pessoais: refere-se, principalmente, a pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.

Majoração tarifária: corresponde a vários pleitos de consumidores industriais, devido a reajustes impostos pelas Portarias DNAEE nºs. 38 e 45, de 27 de fevereiro e 4 de março de 1986, respectivamente, quando estava em vigor o congelamento de preços do “Plano Cruzado”.

- c. **Fiscais:** refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo INSS, FGTS, SAT e PIS e COFINS.

Com relação ao PIS e COFINS, a Companhia ajuizou ação judicial objetivando discutir a aplicação do Decreto nº 8.426/15, que majorou as respectivas alíquotas incidentes sobre as receitas financeiras de 0% para 4,65%. Tendo sido acolhido seu pedido liminar para suspender a exigibilidade dos referidos tributos, a Companhia vem, desde então, provisionando os valores que deixaram de ser recolhidos à Receita Federal do Brasil por

força da referida liminar. Em 2019 com a cassação da liminar que suspendeu a exigibilidade do recolhimento do PIS e COFINS incidente sobre as receitas financeiras, a Companhia efetuou, no prazo de 30 dias após a ciência da decisão, o recolhimento do montante de R\$ 42.978.

d. **Outros:** refere-se principalmente a ações relacionadas à natureza regulatória.

Perdas possíveis: a Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis, devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estavam assim representadas:

	31/12/2019	31/12/2018	Principais causas:
Trabalhistas	72.940	86.811	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	182.053	152.951	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	311.528	336.421	Imposto de renda e contribuição social (nota 20)
Fiscais - outros	197.152	210.227	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	452	3.899	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	764.124	790.309	

No tocante às contingências trabalhistas, há discussão a respeito da possibilidade de alteração do índice de correção adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente há decisão do STF que suspende a alteração levada a efeito pelo TST, a qual pretendia alterar o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR") pelo IPCA-E. A Suprema Corte considerou que a decisão do TST conferiu interpretação extensiva ilegítima e descumpriu a modulação de efeitos de precedentes anteriores, além de usurpar sua competência para decidir matéria constitucional. Diante de tal decisão, e até que haja decisão definitiva publicada pelo STF, continua válido o índice atual praticado pela Justiça do Trabalho ("TR"), o qual tem sido reconhecido pelo TST em decisões recentes. Desta forma, a Administração da Companhia considera como possível o risco de eventuais perdas, e, em função do assunto ainda demandar definição por parte do Judiciário, não é possível estimar com razoável segurança os montantes envolvidos. Adicionalmente, de acordo com a Lei n.º 13.467 de 11 de novembro de 2017, a TR é o índice de correção da Justiça do Trabalho a partir da vigência da norma.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Consumidores e concessionárias	18.615	10.433	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	49.920	26.409	-	16.887
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	18.363	20.803	20.639	10.882
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	8.833	6.872	-	-
Fundo de reversão	1.527	1.527	9.406	10.933
Adiantamentos	1.875	1.771	49	94
Descontos tarifários - CDE	1.271	9.275	-	-
Juros sobre empréstimo compulsório	496	146	-	-
Folha de pagamento	3.298	2.207	-	-
Participação nos lucros	11.898	10.027	2.598	1.822
Convênios de arrecadação	14.098	14.566	-	-
Outros	4.233	4.895	-	-
Total	134.427	108.932	32.692	40.618

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização.

Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização.

Fundo de reversão: refere-se a recursos derivados da reserva para reversão e amortização, constituída até 31 de dezembro de 1971 nos termos do regulamento do SPEE (Decreto Federal nº 41.019/57), aplicado pela Companhia na expansão do Serviço Público de Energia Elétrica. Sobre o fundo para reversão, são cobrados juros de 5% a.a. sobre o valor da reserva, pagos mensalmente. Sua eventual liquidação ocorreria de acordo com determinações do poder concedente. Através do Decreto Lei nº 9.022/17 foi determinado que mensalmente, a Companhia a partir de janeiro de 2018, deveria amortizar integralmente os débitos com o fundo até dezembro de 2026.

Descontos tarifários – CDE: refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações		
	Ordinárias	Total	%
CPFL Energia S/A	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00
Total	53.096.770.180	53.096.770.180	100,00

23.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2019, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,44 vezes o EBITDA em 2019, no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, menor do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,5, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

23.2 Aumento de Capital

Através da AGE de 29 de abril de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da

Companhia no montante de R\$ 9.176, referente capitalização do benefício fiscal do ágio apurado nos exercícios de 2017 e 2018 sem emissão de novas ações.

23.3 Dividendos e Juros sobre o capital próprio (“JCP”)

Na Assembléia Geral Ordinária (“AGO”) de 29 de abril de 2019 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2018, através de (i) declaração de dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 6.226; e (ii) juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 37.304 declarado em novembro de 2018.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2019:

- juros sobre capital próprio no montante de R\$ 41.475 (R\$ 35.254 líquido de IRRF) sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 0,781122741 (R\$ 0,663954330 líquido dos efeitos tributários), referentes aos resultados acumulados até então do segundo semestre de 2019.
- dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 32.172, sendo atribuído para cada lote de mil ações o valor de R\$ 0,605918210.
- dividendo adicional proposto no montante de R\$ 196.057 sendo atribuído para cada lote de mil ações ordinárias o valor de R\$ 3,692449209.

No exercício de 2019, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 37.935 referente a dividendos e juros sobre capital próprio.

23.4 Reserva de capital

Refere-se basicamente ao “Benefício Fiscal do Intangível Incorporado” oriundo da incorporação da antiga controladora DRAFT I Participações S/A, conforme mencionado na nota 10.2.

23.5 Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 384.634, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 28.067; e ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 356.496.

23.6 Resultado abrangente acumulado

É composto por:

- entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 323.776 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2);
- efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, com saldo credor de R\$ 11.130 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48;

23.7 Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	281.634
Reserva legal	(11.929)
Juros sobre capital próprio	(41.475)
Dividendo mínimo obrigatório	(32.172)
Dividendo adicional proposto	(196.057)

(24) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico e diluído

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerador		
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	281.634	182.654
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias (mil)	53.096.770	53.096.770
Lucro líquido básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$	5,30	3,44

Nos exercícios de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Nº de Consumidores</u>		<u>GWh</u>		<u>R\$ mil</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	1.680.470	1.648.569	4.027	3.905	2.998.861	2.630.496
Industrial	6.213	6.253	1.021	1.147	655.050	679.474
Comercial	82.779	82.065	1.827	1.774	1.242.759	1.108.451
Rural	7.307	7.307	113	108	52.569	45.564
Poderes públicos	8.253	8.161	222	218	144.502	129.411
Iluminação pública	2.301	2.181	325	329	131.867	123.958
Serviço público	1.245	1.197	297	279	157.871	140.670
Fornecimento faturado	1.788.568	1.755.733	7.832	7.761	5.383.478	4.858.023
Consumo próprio	151	154	6	5	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	(31.154)	23.923
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(2.028.817)	(1.705.799)
Fornecimento de energia elétrica	1.788.719	1.755.887	7.838	7.766	3.323.507	3.176.147
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			985	119	236.121	38.638
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(10.677)	(10.204)
Energia elétrica de curto prazo			1.760	350	398.181	124.789
Suprimento de energia elétrica			2.745	469	623.625	153.223
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					2.039.494	1.716.003
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					801.186	629.481
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(6.827)	(4.476)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					261.719	265.311
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					(300.770)	190.165
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					79.974	39.271
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares					137.298	172.051
Outras receitas e rendas					67.911	109.708
Outras receitas operacionais					3.079.985	3.117.514
Total da receita operacional bruta					7.027.117	6.446.884
Deduções da receita operacional						
ICMS					(1.167.606)	(1.043.569)
PIS					(107.678)	(101.583)
COFINS					(499.245)	(467.896)
ISS					(99)	(108)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(772.915)	(851.736)
Programa de P & D e eficiência energética					(40.149)	(35.750)
PROINFRA					(45.037)	(40.720)
Bandeiras tarifárias e outros					(44.747)	(22.178)
Outros					(4.339)	(3.802)
					(2.681.814)	(2.567.342)
Receita operacional líquida					4.345.303	3.879.542

25.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária (“PRORET”), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária.

Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de maio de 2015, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em função do 5º ciclo de revisão tarifária periódica da Companhia, o valor constituído de maio de 2015 a abril de 2019 passou a ser amortizado, e os novos valores continuam a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 6º ciclo de revisão tarifária periódica.

Em 7 de fevereiro de 2012 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (“ABRADEE”) conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25.

25.2 Revisão Tarifária Periódica (“RTP”) e Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 23 de outubro de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.627, relativo ao 5º ciclo de RTP, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, com vigência a partir de 23 de outubro de 2019, em +1,88%, sendo -5,40% referentes ao reajuste tarifário econômico e +7,28% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -7,80%.

Em 16 de outubro de 2018, a ANEEL aprovou o Reajuste Tarifário Anual (“RTA”) de 2018 da Companhia. As tarifas foram, em média, reajustadas em 20,01%, sendo 8,83% relativos ao reajuste econômico e 11,18% referentes aos componentes financeiros, em relação às tarifas de base econômica definidas no último evento tarifário ordinário (RTA/2017). O efeito médio percebido pelos consumidores é de 19,25% (conforme divulgado na REH), quando comparado às tarifas de aplicação definidas no RTA ocorrido em outubro de 2017. As novas tarifas têm vigência de 23 de outubro de 2018 a 22 de outubro de 2019.

25.3 Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários – liminares

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2019, foi registrada receita de R\$ 137.298 (R\$ 172.051 em 2018), sendo (i) R\$ 8.288 (R\$ 8.340 em 2018) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 125.656 (R\$ 126.158 em 2018) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 151 (R\$ 97 em 2018) de desconto tarifário – liminares e (iv) R\$ 3.203 (R\$ 37.456 em 2018) de subvenção CCRBT.

25.4 Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 2.510, de 18 de dezembro de 2018, estabeleceu as quotas anuais definitivas da CDE vigentes para o ano de 2019. Essas quotas contemplam: (i) quota CDE – USO; e (ii) quota CDE – Energia (parcelas finais com pagamentos encerrados em março de 2019), referente a parte dos aportes CDE recebidos pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica no período de janeiro de 2013 a janeiro de 2014, recolhida dos consumidores e repassadas à Conta CDE a partir da RTE de 2015. Adicionalmente, por meio da REH nº 2.521 de 20 de março de 2019, a ANEEL estabeleceu a antecipação do pagamento da quota destinada à amortização da Conta ACR, devido à existência de saldo positivo na conta, com recolhimento e repasse à Conta CDE para o período de março de 2019 a agosto de 2019, revogando a resolução REH nº 2.231 de 2017 anteriormente vigente.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2019	2018	2019	2018
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	2.083	2.128	528.339	510.774
PROINFRA	190	194	78.047	62.182
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	9.681	7.312	2.231.361	1.906.424
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(245.079)	(221.333)
Subtotal	11.953	9.634	2.592.668	2.258.046
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			351.164	418.501
Encargos de transporte de itaipu			53.147	50.940
Encargos de conexão			26.488	23.166
Encargos de uso do sistema de distribuição			17.197	17.272
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			488	(18.147)
Encargos de energia de reserva - EER			21.318	23.431
Crédito de PIS e COFINS			(43.457)	(47.653)
Subtotal			426.346	467.510
Total			3.019.013	2.725.556

(*) Conta de energia de reserva

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Despesas Operacionais							
					Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Pessoal	101.272	99.062	-	-	22.650	22.497	31.515	27.413	-	-	155.437	148.972
Entidade de previdência privada	22.711	16.372	-	-	-	-	-	-	-	-	22.711	16.372
Material	21.529	20.188	236	96	574	632	1.115	3.632	-	-	23.454	24.547
Serviços de terceiros	57.697	52.544	357	241	46.507	45.381	50.683	57.667	-	-	155.244	155.833
Custos com construção da infraestrutura	-	-	261.719	265.311	-	-	-	-	-	-	261.719	265.311
Outros	236	62	(3)	(1)	16.632	15.313	29.849	44.351	23.066	9.346	69.779	69.071
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	16.303	14.434	-	-	-	-	16.303	14.434
Arrendamentos e aluguéis	-	-	-	-	-	-	4.519	4.520	-	-	4.519	4.520
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	3	2.361	2.175	-	-	2.361	2.178
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	15.638	30.744	-	-	15.638	30.744
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	530	639	-	-	530	639
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	21.746	9.360	21.746	9.360
Outros	236	62	(3)	(1)	329	876	6.800	6.273	1.320	(14)	8.682	7.196
Total	203.446	188.229	262.309	265.647	86.363	83.822	113.162	133.063	23.066	9.346	688.346	680.107

(28) RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	13.683	9.535
Acréscimos e multas moratórias	57.034	48.635
Atualização de créditos fiscais	7.378	(196)
Atualização de depósitos judiciais	6.662	7.613
Atualizações monetárias e cambiais	10.279	11.578
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	3.682	7.943
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	9.096	14.547
PIS e CÔFINS - sobre outras receitas financeiras	(6.290)	(6.884)
Outros	5.155	5.807
Total	<u>106.679</u>	<u>98.579</u>
Despesas		
Encargos de dívidas	(102.617)	(103.767)
Atualizações monetárias e cambiais	(27.751)	(32.140)
(-) Juros capitalizados	3.070	3.778
Outros	(10.311)	(14.997)
Total	<u>(137.608)</u>	<u>(147.127)</u>
Resultado financeiro	<u>(30.928)</u>	<u>(48.548)</u>

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 8,09% a.a. durante o exercício de 2019 e 2018 sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

A rubrica de atualizações monetárias e cambiais da despesa contempla os efeitos de ganhos com instrumentos derivativos no montante de R\$ 48.833 no exercício de 2019 (R\$ 129.445 em 2018) (nota 32).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2019, as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.
Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.
- ESC Energia S.A.
Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influências significativas sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** – A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas

pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantidos junto à Fundação CESP, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, na nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da Administração em 2019, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560/2008 foi de R\$ 6.452 (R\$ 4.204 em 2018). Este valor é composto por R\$ 5.535 (R\$ 3.433 em 2018) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 165 (R\$ 80 em 2018) de benefícios pós-emprego e R\$ 752 (R\$ 691 em 2018) de Outros Benefícios de Longo Prazo, e referem-se a valores registrados pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China), referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia são como seguem:

Empresas	Passivo	Despesa/custo	
	31/12/2019	2019	2018
Encargos - Rede básica			
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	618	35.913	31.527

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018	2019	2018	2019	2018
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	1.129	2.173	931	1.191	-	-	(2.180)	(2.613)
Companhia Jaguarí de Energia	424	742	69	128	-	-	(4.046)	(3.742)
Rio Grande Energia S.A. (*)	-	1.268	-	73	-	-	-	(5.648)
RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.	1.406	1.508	135	198	-	-	(15.815)	(9.106)
CPFL Geração de Energia S.A.	3	-	1	-	-	-	-	-
CPFL Energia S.A.	52	90	-	-	-	-	(578)	(559)
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	(39)	(34)
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	1	-	-	-	-	-	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	14	-	-	-	-	-	-
CPFL Eficiência Energética S.A.	11	-	-	-	-	-	(2)	(2)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	4	-	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	-	-	-	-	967	875
CPFL Renováveis - Consolidado	-	43	-	-	148	144	10	15
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	-	-	10	7	-	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia S.A.	-	-	67.426	37.935	-	-	-	-
Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviço								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	136	-	-	-	-	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	167	-	145	-	-	-	-	-
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	1	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (**)	3.745	4.704	6.624	5.351	-	94	24.002	21.836
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	757	819	-	-	8.663	9.061
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	287	119	-	-	8.274	9.290
CPFL Total Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	6	-	-	-
CPFL Telecom S.A.	2	2	-	-	-	-	-	1.644
CPFL Eficiência Energética S.A.	3	-	-	-	-	-	-	-
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	143	282	-	-	5.138	10.638
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	154	-	-	-	483	-
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	149	-	-	-	463	-
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda.	-	-	194	-	-	-	596	-
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	1.718	-	-	-	29.095	-	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz	18	18	2.880	1.368	-	-	16.999	17.168
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	6.432	6.220	-	-	73.744	69.923
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	3	3	-	-	37	35
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	2.784	4.877	-	-	32.922	59.425
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	102	67	-	-	961	922
Campos Novos Energia S.A.	-	-	22.110	21.780	-	-	129.747	12.330
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	5.413	5.236	-	-	62.058	60.868
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	13.451	12.838	-	-	152.044	148.915
CPFL Renováveis - Consolidado	72	402	1.625	-	-	-	17.138	6.997
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	35	44
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	35	37
CPFL Eficiência Energética S.A.	1	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações financeiras								
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	58	-	(11)	-
Nect Serviços Administrativos Ltda.	-	-	-	-	3	-	-	-
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	814	1.148

(*) Os saldos de ativo e passivo e as operações de resultados realizadas após 31/10/2018 estão apresentadas na RGE Sul Distribuidora de Energia em função da incorporação dessa empresa pela RGE Sul Distribuidora de Energia em 31/12/2018.

(**) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 54.369 no exercício de 2019 (R\$ 46.501 em 2018), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(30) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos Nomeados	92.000
Transporte	Transporte nacional	90.451
Responsabilidade civil	Geral e Riscos Ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	52.129
Garantia	Seguro Garantia	464.501
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	203.000
Total		937.080

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

(31) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance e áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos.

Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação.

A Gerência de Auditoria Interna, Riscos e Compliance é responsável pela (i) coordenação do

processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Em 2019 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre,

levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* (Luna e Bloomberg), tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(32) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2019	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	237.019	237.019
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	100.105	100.105
Derivativos	32	(a)	Nível 2	140.457	140.457
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	1.414.926	1.414.926
Total				1.892.507	1.892.507
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	324.115	324.115
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	613.830	613.830
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	609.460	609.616
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	232.714	232.714
Derivativos	32	(a)	Nível 2	1.912	1.912
Total				1.782.031	1.782.187

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um efeito no resultado e resultado abrangente de 2019 de perda de R\$ 30.393 (um ganho de R\$ 656 em 2018).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1).

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores e concessionárias a pagar, (iv) FNDCT/EPE/PROCEL, (v) convênios de arrecadação, (vi) descontos tarifários – CDE, (vii) passivo financeiro setorial e (viii) fundo de reversão.

Adicionalmente, não houve em 2019 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado em 2019 de R\$ 82.941 (R\$ 41.107 em 2018), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, não possuindo, portanto, objetivos especulativos na utilização dos instrumentos derivativos. A Companhia possui *hedge* cambial em volume compatível com a exposição cambial líquida, incluindo todos os ativos e passivos atrelados à variação cambial.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos (1)	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo							
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	92.675	(1.912)	90.763	89.456	1.307	US\$ + (Libor 3 meses + 0,95% a 1,41%) ou (1,96% a 3,27%)	103,20% a 116% do CDI	mar/19 a mai/21	419.595
Empréstimos bancários - Lei 4.131	5.221	-	5.221	5.622	(400)	Euro + 0,80%	105,1% do CDI	mai/21	100.000
	<u>97.896</u>	<u>(1.912)</u>	<u>95.984</u>	<u>95.078</u>	<u>906</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	42.561	-	42.561	9.215	33.347	IPCA + 5,00%	104,3% do CDI	out/25	197.000
Total	<u>140.457</u>	<u>(1.912)</u>	<u>138.545</u>	<u>104.293</u>	<u>34.253</u>				
Circulante	54.291	(1.912)							
Não circulante	86.166								

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

(1) Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2017	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2018
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	158.850	121.164	(81.544)	198.470
Para dívidas não designadas a valor justo	213	(4.315)	4.102	-
Marcação a mercado (*)	(10.235)	12.242	-	2.007
Total	<u>148.828</u>	<u>129.091</u>	<u>(77.442)</u>	<u>200.477</u>

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2018 referente aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos são: (i) ganho de R\$ 12.966 para as dívidas designadas a valor justo, (ii) perda de R\$ 724 para as dívidas não designadas a valor justo.

	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	198.470	17.873	(112.050)	104.293
Marcação a mercado (*)	2.007	32.246	-	34.253
Total	<u>200.477</u>	<u>50.119</u>	<u>(112.050)</u>	<u>138.545</u>

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2019 e 2018, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2019	2018	2019	2018
Varição de taxas de juros	6.944	(3.336)	-	-
Marcação a mercado	22.133	8.953	1.278	258
Varição cambial	10.929	120.185	-	-
Marcação a mercado	8.827	3.643	8	(612)
Total	48.833	129.445	1.286	(354)

c) Ativos financeiros da concessão

Em função Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um conseqüente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

d.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2019 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(508.851)		(10.668)	119.212	249.092
Derivativos - swap plain vanilla	515.242		10.802	(120.709)	(252.220)
	6.391	baixa dolar	134	(1.497)	(3.128)
Instrumentos financeiros passivos	(104.980)		(4.359)	22.976	50.311
Derivativos - swap plain vanilla	106.022		4.402	(23.204)	(50.810)
	1.042	baixa euro	43	(228)	(499)
Total	7.433		177	(1.725)	(3.627)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			97	(830)	(1.758)
Efeitos no resultado do exercício			80	(895)	(1.869)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.12.2019 foi de R\$ 4,03 para o dólar e R\$ 4,53 para o euro.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A., - Brasil, Bolsa, Balcão sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 4,12 e R\$ 4,72 e a depreciação cambial de 2,10% e 4,15%, do dólar e do euro respectivamente em 31.12.2019.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A., Brasil, Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

d.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2019 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	taxa no exercício	taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	282.388				12.820	16.026	19.231
Instrumentos financeiros passivos	(548.025)				(24.880)	(31.100)	(37.321)
Derivativos - swap plain vanilla	(727.112)				(33.011)	(41.264)	(49.516)
	(992.749)	alta CDI	5,97%	4,54%	(45.071)	(56.338)	(67.606)
Instrumentos financeiros passivos	(28.769)				(1.464)	(1.830)	(2.197)
	(28.769)	alta TJLP	6,30%	5,09%	(1.464)	(1.830)	(2.197)
Instrumentos financeiros passivos	(536.869)				(24.535)	(18.401)	(12.267)
Derivativos - swap plain vanilla	244.394				11.169	8.377	5.584
Ativo financeiro da concessão	1.414.926				64.662	48.497	32.331
	1.122.451	baixa IPCA	4,20%	4,57%	51.296	38.473	25.648
Ativos e passivos financeiros setoriais	(54.208)				(2.472)	(1.854)	(1.236)
Instrumentos financeiros passivos	(22.127)				(1.009)	(757)	(504)
	(76.335)	alta SELIC	5,97%	4,56%	(3.481)	(2.611)	(1.740)
Total	24.598				1.280	(22.306)	(45.895)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					605	489	374
Efeitos no resultado do exercício					675	(22.795)	(46.269)

(a) Os índices considerados foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Adicionalmente, as dívidas com exposição a indexadores pré-fixados gerariam uma despesa de R\$ 3.073.

e) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita Ajustada", refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como se segue:

<u>Classe</u>	<u>Dias</u>	<u>Período</u>
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PDD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PDD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default - PD*"), Exposição na Inadimplência ("*Exposure at Default - EAD*") e Perda Dada a Inadimplência ("*Loss Given Default - LGD*").

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência, visto às características do setor elétrico, que possui ferramentas que mitigam o risco de perdas, por exemplo, a suspensão do fornecimento de energia para o consumidor em *default*.

Caixa, equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

f) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2019, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2019	Nota explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	559.463	6	-	-	-	-	559.469
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	129.496	57.113	248.547	496.644	76.447	111.098	1.119.345
Derivativos	32	-	721	2.633	-	-	-	3.354
Debêntures - principal e encargos	17	-	57.656	24.743	361.417	443.450	135.291	1.022.557
Taxas regulamentares	19	36.278	-	-	-	-	-	36.278
Outros	22	10.981	22.998	9.093	3.054	3.054	3.298	52.479
Consumidores e concessionárias		10.854	7.761	-	-	-	-	18.615
EPE / FNDCT / PROCEL		-	884	7.948	-	-	-	8.833
Convênio de arrecadação		-	14.098	-	-	-	-	14.098
Fundo de reversão		127	255	1.145	3.054	3.054	3.298	10.933
Total		736.218	138.494	285.016	861.115	522.951	249.687	2.793.482

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (hedge econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA-, baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 32). A Administração não identificou para os exercícios de 2019 e 2018 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

(33) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2019, um valor de R\$ 3.070 (R\$ 3.778 em 2018) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição. (nota 28).

(34) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2019	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e aluguéis	até 5 anos	2.015	3.584	2.345	-	7.944
Compra de energia (exceto Itaipu)	até 8 anos	2.087.104	4.329.817	4.638.643	8.184.040	19.239.604
Compra de energia de Itaipu	até 8 anos	543.598	1.043.980	1.069.093	2.430.605	5.087.276
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	até 9 anos	481.740	1.266.332	1.652.856	3.279.821	6.680.749
Total		3.114.457	6.643.713	7.362.937	13.894.466	31.015.573

(35) EVENTO SUBSEQUENTE

Empréstimos e Financiamentos:

De 1º de janeiro de 2020 até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, a Companhia captou recursos através de empréstimos e financiamentos, com as seguintes condições e detalhes:

Modalidade	Liberado até fevereiro 2020	Pagamento de juros	Amortização de Principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos	Cláusula restritiva - covenant financeiro
Moeda Estrangeira								
Euro - Lei 4131	419.760	Trimestral	Parcela única em março de 2025	Capital de Giro	EURO + 0,70%	EURO + 0,70%	CDI + 0,83%	(*)

(*) Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia: Dívida Líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75 e EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

YUEHUI PAN
Vice Presidente

UBIRAJUÍ JOSÉ PEREIRA
Conselheiro

DIRETORIA

CARLOS ZAMBONI NETO
Diretor Presidente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA
Diretor de Assuntos Regulatórios

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Comercial

THIAGO FREIRE GUTH
Diretor Operações

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE
Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6

KPMG Auditores Independentes
Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí
Edifício Dahruj Tower
13024-001 - Campinas/SP - Brasil
Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil
Telefone +55 (19) 3198-6000
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da
Companhia Piratininga de Força e Luz
Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Piratininga de Força e Luz (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Piratininga de Força e Luz em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada

Veja as notas explicativas 3.9 e 25 às demonstrações financeiras

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que, em alguns casos, sucedem ao período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da Companhia acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores. Devido à relevância dos valores e do julgamento envolvido que podem impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvermos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. Analisamos as principais premissas utilizadas pela Companhia no desenvolvimento de tal estimativa, tais como índice de perdas técnicas e comerciais. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos pela Companhia com expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis.</p> <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 05 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP027612/O-4

Marcio José dos Santos

Contador CRC 1SP252906/O-0

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Piratininga de Força e Luz**, sociedade por ações de capital aberto, com sede Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 – parte - Jardim Professora Tarcilla – CEP: 13087-397, na Cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 04.172.213/0001-51, declaram que:

- a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da KPMG Auditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Piratininga de Força e Luz** do período findo em 31 de dezembro de 2019;
- b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **Companhia Piratininga de Força e Luz** do período findo em 31 de dezembro de 2019.

Campinas, 04 de março de 2020.

Carlos Zamboni Neto
Diretor Presidente
Chief Executive Officer

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações
com Investidores
Chief Financial and Investor
Relations Officer